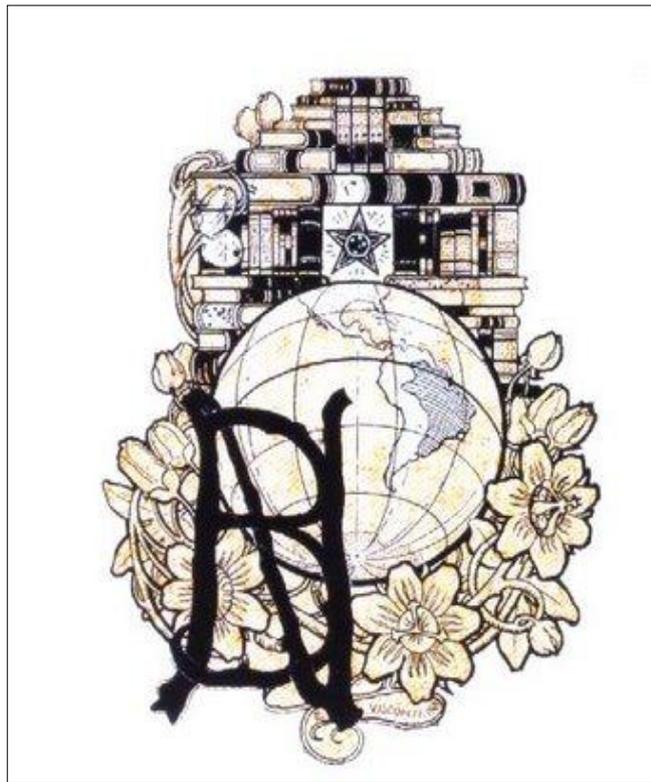


# Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa  
2014

# Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



**Jéssica Máximo Garcia**

## **A IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA E SEUS EDITORIAIS SOBRE A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1974**

**2014**

**Resumo:** Este estudo procura analisar a cobertura da Revolução Portuguesa de 1974 — a *Revolução dos Cravos* — pela imprensa escrita brasileira. A pesquisa tem como objetivo evidenciar o *ethos* discursivo dos editoriais do *Correio da Manhã*, do *Jornal do Brasil* e do jornal *Tribuna da Imprensa* com ênfase na Análise do Discurso de linha Francesa, o estudo sobre *ethos* está pautado principalmente em Maingueneau (2002) e as questões históricas sobre a Revolução Portuguesa nos baseamos em Augusto (2011).

**Palavras-chave:** Revolução dos Cravos, *ethos* discursivo, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*

**Abstract:** This study analyzes the coverage of the Portuguese Revolution of 1974 - the Carnation Revolution - by the Brazilian press. The research aims to show the discursive *ethos* of editorials *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* and *Tribuna da Imprensa*, with emphasis on French Discourse Analysis, the study of *ethos* is guided mainly Maingueneau (2002) and historical questions about the Revolution Portuguese we relied on Augusto (2011).

**Keywords:** Carnation Revolution, discursive *ethos*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*

### Considerações iniciais

Não há como contestar que as mídias possuem um grande poder de persuasão e manipulação da sociedade. De acordo com Setton (2011) a mídia é uma matriz de cultura que além de propagar notícias, tem função de propor e impor significados, segundo a autora, isso significa que ela veicula sentidos e símbolos morais e sociais, ou seja, tem a finalidade de manter a informação, mas principalmente de servir como instrumento de dominação, nas palavras da própria autora “pode ser um instrumento ideológico, ou, em outras palavras, um instrumento de poder” (p. 26), pois a linguagem entre as mídias não são neutras, não são apenas para entretenimento, elas impõem um comportamento a ser seguido.

É preciso colocar em evidência que o discurso a ser analisado não é um objeto verbal isolado, está envolto e permeado de diversos fatores como a interação situada, dita como uma prática social ou ainda como um tipo de comunicação numa determinada situação social, cultural, política, etc.

Para Charaudeau (2012) a veracidade do fazer jornalístico de uma informação é “da ordem do imaginário, isto é, baseada nas representações de um grupo social quanto ao que pode garantir o que é dito” (p. 55). Isso significa que cada veículo midiático de transmissão de notícia, por exemplo, tem a sua verdade, pois cada um formará seu

enunciado, que conseqüentemente carregará um discurso e um enfoque diferente sobre o mesmo fato.

O discurso jornalístico presente na mídia impressa e televisiva é o maior meio de basear-se para formar opiniões sobre os diversos acontecimentos do mundo, além disso, é compartilhado em grande escala por milhões de pessoas. Nesse aspecto, o potencial de poder da mídia é enorme e uma análise minuciosa é crucial para “compreendermos o exercício do poder político, econômico, social e cultural, além da comunicação e da aquisição de ideologias que lhe dão apoio.” (DIJK, 2010, p. 77).

Assim, a pesquisa está pautada a partir dos editoriais do *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa*, exclusivamente aqueles que foram publicados nas edições logo após a largada da Revolução em 25 de abril de 1974. O ponto de partida que orienta a análise são as condições de produção do discurso, pelas quais se configuram as relações extralinguísticas e que envolvem os interlocutores, a situação, o contexto histórico social e ideológico, tal como se apresentam no momento da produção do discurso. (PECHEUX, 1969).

Através dos Editoriais procuramos evidenciar posturas ideológicas defendidas pelo *Correio da Manhã*, pelo *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa*, assim como verificar possíveis relações e laços históricos que mantemos com Portugal, e, também, nosso momento político daquela época.

## **A Revolução dos Cravos**

Em 1974, como já se sabe, aconteceu a Revolução Portuguesa, quando parte das Forças Armadas iniciou um processo de democratização. Para entender essa Revolução é necessário, portanto, analisar a política de Salazar, que construiu em Portugal, no final dos anos de 1920, uma das ditaduras mais duradouras, mantendo-se no Governo por 40 décadas.

A política colonial portuguesa, imposta por um Estado autoritário – gestado em um ambiente decorrente de um golpe militar na frágil política republicana –, imprimiu um nível de repressão política equiparável às experiências fascistas e totalitárias e foi construído, metódica e detalhadamente, como uma obsessão. (AUGUSTO, 2011, p. 32)

Augusto (2011, p. 32) destaca o domínio que Portugal possuía sobre suas colônias na África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e

como tal domínio desgastou a imagem do país no cenário internacional e internamente, principalmente entres os militares.

Depois da saída de Salazar do poder, por problemas de saúde, em 1968, quando assume o posto Marcello José das Neves Alves Caetano, que, segundo o autor, não teve competência política para assumir reformas efetivas para a situação política interna do Império:

Os rápidos desdobramentos do combate no continente africano, acrescidos de pressões políticas internas e externas que se intensificavam cada vez mais, e as não menos rápidas complicações de ordem econômico-financeira do império como um todo levaram o país a um impasse. (AUGUSTO, 2011, p. 32)

Assim, em abril de 1974, este movimento militar “libertaria o país da carapaça política imperial” (SECCO, 2004, p.115).

Dessa forma, tendo em vista nossas relações com Portugal, verificamos qual a dimensão e a imagem levantada sobre a Revolução de 1974 pelo *Jornal Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, assim como o *ethos* que ele constrói de si através de uma análise detalhada de seus editoriais.

A análise esclarece como as escolhas lexicais e os elementos anafóricos presentes nos editoriais, por exemplo, evidenciam o *ethos* discursivo do jornal.

## **O *ethos***

Em relação ao *ethos*, Maingueneau (2002) afirma que todo texto, oral ou escrito, acontece por meio de um enunciador. Esse texto é sustentado por uma voz, “a voz de um sujeito situado para além do texto” (2002, p. 95). O evento comunicativo entre esse enunciador e seu enunciatário pode ser chamado de enunciação, através da qual a personalidade do enunciador pode ser revelada.

Para construir a imagem do enunciador, podemos levar em consideração, por exemplo, seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças e todo o contexto social e econômico. Mesmo que sejam implícitas, essas “pistas” são dadas pelo momento da enunciação e são suficientes para construir uma imagem através do discurso e pela própria linguagem.

O termo discurso pode se referir à atividade verbal geral ou a cada evento de fala. Vale reforçar, ainda, que o *ethos*, construído através dos discursos, não diz respeito somente aos enunciados orais, mas também aos escritos. Um texto pode se manifestar

em uma multiplicidade de “tons”, ou seja, pode adquirir diversos sentidos, os quais serão construídos pelo fiador a partir das características da enunciação, contribuindo para que construa uma imagem avaliada positiva ou negativamente do discurso.

Para chegarmos a esse *ethos* construído pelos jornais, levamos em conta aspectos textuais e linguísticos, por exemplo, certas escolhas lexicais para a construção do editorial, assim como o processo de referenciação no texto.

### **O processo de referenciação no texto**

Segundo Koch e Elias (2009) denomina-se referenciação as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes.

Defende-se, hoje em dia, a posição de que a referenciação, bem como a progressão referencial, consistem na construção e reconstrução de objetos de discurso. Ou seja, os referentes de que falamos não espelham diretamente o mundo real, não são simples rótulos para designar as coisas do mundo. Eles são construídos e reconstruídos no interior do próprio discurso, de acordo com nossa percepção do mundo, nossos “óculos sociais”. (KOCH & ELIAS, 2009, p. 123)

Isso significa que o sujeito, enquanto ser social e individual, também faz parte da construção dos sentidos do texto. Assim, a referenciação contribui também para indicar pontos de vista, assinalar orientações argumentativas, apontar ideologias, acentuar um tom valorativo ou negativo, etc.

No desenvolvimento de todo texto, escrito ou falado, se faz constantemente referência a algo, alguém, fatos, acontecimentos, etc. Esses referentes podem ser introduzidos, retomados, desfocalizados, mantidos em stand by, assim como outros referentes podem ser introduzidos no discurso. Essas estratégias, por meio das quais são construídos os objetos-de-discurso, são chamadas de referenciação.

Por referenciação, entende-se o nome dado às diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Quando esses referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial. Koch (2005, p. 79) baseia-se na suposição de que a referenciação constitui uma atividade discursiva.

Nessa pesquisa vamos destacar as anáforas presentes nos editoriais. A remissão referencial, quando feita para trás, constitui essa anáfora. Os elementos anafóricos podem

ser representados de forma bem ampla: por um nome, um sintagma, um fragmento de oração ou a própria oração, ou mesmo todo um enunciado. E esses elementos, à medida que vão sendo referenciados vão se (re)construindo no texto, modificando-se, incorporando ou subtraindo sentidos. Dessa forma:

[...] não se entende aqui a referência no sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído, como simples representação extensional de referentes no mundo extra mental: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural. A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade [...] (KOCH, 2005, p. 79).

Além da função de retomada textual, esse processo contribui também para a elaboração de sentidos no texto, para indicar pontos de vista, assinalar orientações argumentativas, (re)categorizar objetos presentes na memória discursiva, apontar posições ideológicas, acentuar um tom valorativo, etc.

Nesse contexto apresentado até o momento sobre referenciação, emerge o conceito de objeto de discurso.

O referente é, nessa perspectiva, um *objeto de discurso*, uma criação que vai se reconfigurando não somente pelas pistas que as estruturas sintático-semânticas e os conteúdos lexicais fornecem, mas também por outros dados do entorno sociodiscursivo e cultural que vão sendo mobilizados pelos participantes da enunciação. (CAVALCANTE; PINHEIRO; LINS; LIMA, 2010, p. 235)

Um objeto de discurso é construído geralmente por meio de um nome próprio ou de uma forma nominal, e, assim, fica em foco e disponível para retomadas ou remissões. A introdução de um objeto de discurso por meio de uma forma nominal já opera uma primeira categorização desse objeto, que pode ser mantida como tal ou sofrer outras recategorizações. Esse objeto permanece em foco, através das retomadas, recategorizadas ou não, até que seja desativado para que outro objeto de discurso ocupe o foco.

Nesta pesquisa optaremos como categoria de análise o objeto discursivo a *Revolução Portuguesa*, assim, verificaremos como esse objeto é retomado no decorrer do texto, podendo trazer tons valorativos ou negativos sobre a temática.

## Os Editoriais

Realizamos um levantamento dos editoriais do *Correio da Manhã*, do *Jornal do Brasil* e do *Tribuna da Imprensa* de março a julho de 1974, quando o *Correio da Manhã* parou de circular.

Nesse período de quatro meses, o *Jornal do Brasil* publicou 11 editoriais sobre a Revolução Portuguesa, enquanto o *Correio da Manhã* publicou apenas três editoriais sobre o tema e o *Tribuna da Imprensa* apenas um editorial. Assim, a partir desse primeiro levantamento já podemos constatar, a princípio, que o *Jornal do Brasil* deu mais visibilidade em seus editoriais à Revolução Portuguesa em comparação com o *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*.

Através de uma primeira análise dos Editoriais publicados no dia 26 de abril de 1974 no *Jornal do Brasil* e dia 27 de abril de 1974 no *Correio da Manhã*, especificamente sobre o movimento de 25 de abril de 1974, constatamos, por exemplo, que ambos jornais iniciam seus editoriais alegando que tal fato era previsível e nada surpreendente:

O previsível movimento militar e político que encerrou, em Portugal, o Governo do Primeiro Ministro Marcelo Caetano. (JORNAL DO BRASIL. Editorial. Rio de Janeiro, nº 48, ano LXXXIV)

NÃO SURPREENDEU a ninguém a queda do salazarismo em Portugal. (CORREIO DA MANHÃ. Editorial. Rio de Janeiro, nº 24.847, ano LXXIII)

Ambos editoriais pressupõem que o leitor já esteja ciente da situação de Portugal, ao dizer “Não surpreendeu a ninguém a queda do salazarismo”, está pressuposto que essa Revolução já era esperada e também que o leitor ative seu conhecimento de mundo para acionar o que sabe sobre o momento político que Portugal passava já há quarenta anos.

Não surpreendeu a ninguém a queda do **salazarismo** em Portugal. Durante mais de quarenta anos, na sua quase totalidade empalmados pelo **criador do sistema**, esse **regime** tudo fez para assegurar uma

estabilidade que os fatos mostraram ser apenas aparente. (CORREIO DA MANHÃ. Editorial. Rio de Janeiro, nº 24.847, ano LXXIII)

Nota-se que “esse regime” retoma o referente “salazarismo”, indicando um regime político, uma forma de Governo com regras impostas a sociedade.

Quando o enunciador faz menção ao “criador do Sistema”, pressupõe-se que o leitor ative sua memória discursiva, seu conhecimento de mundo para associar esse “criador do Sistema” com o Antonio de Oliveira Salazar, caso o leitor não tenha esse conhecimento, esse enunciado pode não fazer sentido.

O **salazarismo** estava destinado a **tornar-se perempto**. (CORREIO DA MANHÃ. Editorial. Rio de Janeiro, nº 24.847, ano LXXIII)

Quando nos deparamos com “tornar-se perempto”, fazemos referência com salazarismo, revelando um sistema que de um jeito ou de outro deixaria de existir. Nesse momento o leitor também precisa ativar sua memória discursiva e acionar alguns conhecimentos: os vários anos de guerras mantidas com os povos africanos, a insatisfação da população, principalmente depois que Marcelo Caetano substituiu Salazar, enfim, certos conhecimentos necessários para que o texto faça sentido ao leitor.

*A democracia se não é a mais perfeita é, pelo menos, a melhor e mais fecunda forma de convívio humano e social.* (CORREIO DA MANHÃ. Editorial. Rio de Janeiro, nº 24.847, ano LXXIII)

A citação anterior nos chama a atenção porque o enunciador se posiciona claramente em relação a democracia, “se não é a mais perfeita, é pelo menos, a melhor e mais fecunda forma de convívio humano e social”. Vale destacar que estávamos no período da Ditadura no Brasil e o enunciador defende a democracia como a melhor forma de convívio humano e social. São nessas pistas dos textos que o enunciador revela seu ethos, a imagem de si no discurso.

O Brasil tem hoje motivos de ordem econômica e de prosperidade a ser desempenhada, em consonância com nossos sentimentos e interesses. (CORREIO DA MANHÃ. Editorial. Rio de Janeiro, nº 24.847, ano LXXIII)

Depois de relevar alguns tons valorativos da nova situação instaurada em Portugal, o enunciador revela que tem motivos e interesses de ordem econômica para desempenhar tanto com Portugal, quanto com os povos africanos, agora Estados Livres. E todo esse enunciado acaba retomando o próprio título do editorial, “Interesses comuns”.

Veremos adiante alguns trechos do editorial do Jornal do Brasil.

Tudo indica que, com **a queda do obstáculo principal**, que era a inútil tentativa de congelar a História, os líderes lusos e africanos saberão encontrar as fórmulas da cooperação. (JORNAL DO BRASIL. Editorial. Rio de Janeiro, nº 48, ano LXXXIV)

Ao enunciar “a queda do obstáculo principal”, o enunciador está se referindo ao término do Governo de Marcelo Caetano, ou em outras palavras, como diz o *Correio da Manhã*, a queda do salazarismo. Ao optar pelo termo “obstáculo”, o enunciador sugere um tom negativo desse regime político, uma situação que impedia a cooperação entre os líderes lusos e africanos.

Uma vez estabelecida em **Lisboa a nova Administração**, é imperativo não protelar esse encontro **dos três mundos de cultura portuguesa - o lusitano, o africano, o brasileiro**. [...] A posição do Brasil deve ser, em primeiro lugar, a de reconhecer o **novo Governo que surge em Portugal**. (JORNAL DO BRASIL. Editorial. Rio de Janeiro, nº 48, ano LXXXIV)

O *Jornal do Brasil* intensifica a importância dessa união dos três mundos, e novamente todo esse discurso também já nos remete ao título do próprio editorial: Brasil – Portugal.

Ambos editoriais evidenciam o interesse econômico que o Brasil visava com essa Revolução e o novo cenário que se instaurava. Revelaram alguns tons negativos quanto ao regime salazarista e pontos positivos com a queda desse regime. Vale destacar que o editorial do *Jornal do Brasil* foi publicado dia 26 de abril de 1974 e o do *Correio da Manhã* dia 27 de abril de 1974, os dois tem uma construção similar e algumas escolhas lexicais parecidas.

No jornal *Tribuna da Imprensa*, o editorial aponta a princípio também os 40 anos de ditadura em Portugal:

A luta contra a **ditadura portuguesa** foi feroz, ingrata, coberta de sangue, assassinatos, violências. Foram mais de 40 anos de história. De um lado Salazar e seu grupo. Do outro, os que combatiam. Gente que tentava por todos os meios atingir o **ditador**. Mas Salazar, **o restaurador das finanças de Portugal**, continuava cada vez mais forte. (TRIBUNA DA IMPRENSA. Editorial. Rio de Janeiro, ed 7282, ano XXV)

Ao classificar como uma ditadura ingrata, coberta de sangue, assassinatos e violências, o editorial já caracteriza o período de Salazar de uma forma negativa.

Assim, da mesma forma que acontece no *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, o *Tribuna da Imprensa* também aponta um tom positivo sobre a Revolução Portuguesa:

É o **novo Portugal** que surge, com as promessas feitas pelo general Spínola, que se anuncia promissor, com o fim da Pide, da censura à imprensa, das perseguições, da opressão que durante todos os anos da ditadura salazarista (TRIBUNA DA IMPRENSA. Editorial. Rio de Janeiro, ed 7282, ano XXV)

Ao mencionar “novo Portugal”, podemos dizer que existe uma recategorização de Portugal para um país melhor através da Revolução Portuguesa que deu fim à ditadura de Salazar.

O editorial termina enfatizando positivamente essa nova fase no país e utiliza o termo “regime de liberdade” como forma de retomar o objeto de discurso “Revolução Portuguesa”, pois foi através dessa Revolução que Portugal obteve sua liberdade: “e haverá liberdade de pensamento, de opinião, de formação de novos partidos políticos. Portugal revive e se reconstrói no **regime de liberdade**. Portugal Respira.” (TRIBUNA DA IMPRENSA. Editorial. Rio de Janeiro, ed 7282, ano XXV)

### **Considerações finais**

A partir dessa análise é possível corroborar o que levantamos inicialmente, ou seja, o uso de determinado léxico, de certas referências utilizadas no texto, a escolha de determinada expressão, significam que o enunciador jornalista faz uso de estratégias discursivas e no caso do Editorial, apresenta-se a voz oficial da empresa jornalística, como não há assinatura assumida, segundo Seixas (2009) “o enunciador e locutor são a mesma instituição Jornalística, não importa o sujeito comunicante, por que, na verdade, este encarna a instituição.” (SEIXAS, 2009, p. 331).

Levamos em consideração que o jornal procura passar credibilidade, uma vez que representa grupos sociais de onde se situa e de onde fala, por isso, os jornais são heterogêneos e apresentam suas particularidades.

Por fim, na análise dos três editoriais apresentados, ambos constroem um *ethos* discursivo positivo em relação a Revolução Portuguesa e um *ethos* negativo ao regime salazarista que durou décadas.

Através da análise de alguns trechos de editoriais, também pudemos observar o processo através do qual os objetos de discurso podem ser retomados e muitas vezes

reformulados no decorrer do texto. Os diferentes processos referenciais garantem o sentido global e a coerência do texto, mas também podem revelar positiva ou negativamente a opinião da empresa jornalística, por exemplo, sobre determinado tema naquele momento enunciativo específico.

Naturalmente, reconhecemos o caráter pouco abrangente dessas conclusões, mas também que elas podem ser um passo importante para o enriquecimento da discussão de importantes temáticas nos estudos linguísticos sobre o texto, assim como nos estudos de *ethos* da análise do discurso.

### **Referências bibliográficas**

AUGUSTO, Claudio de F. *A Revolução Portuguesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. (Coleção Revoluções do Século 20).

CAVALCANTE, M. M.; PINHEIRO, C. L.; LINS, M. da P. P.; LIMA, G. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.) *Linguística de texto e Análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 225-261, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PECHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969

SECCO, L. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.

SETTON, Maria da Graça. *Mídia e Educação. Mídias: Uma nova matriz de cultura* 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. Tradução Judith Hoffnagel, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2010.